

ZERO

Florianópolis, 15 de outubro - 15 de novembro de 1989

IMPRENSA

Nosso enviado foi ao encontro dos Sete

PÁGINA 5



TARCISIO MATTOS SOMA

Enterro do agricultor Olívio Albani, morto em Palma Sola



Deputados escrevem Carta conservadora. Sem o povo

PÁGINA 3

GOVERNADOR,
**QUEM MATOU
OLÍVIO ALBANI?**

Descubra parte da resposta na Central

Recolheram o Pasquim. Ele voltou com mais força

CONFIRA NA CONTRACAPA

Jornalismo fez o maior congresso da Intercom.

E ganhou três prêmios

PÁGINAS 2 E 4

TITÃS NA PROMOÇÃO ZERO-WEA: CAMISETAS E DISCOS Ô BLESQ BLOM



Melhor
Peça Gráfica
I e II Set
Universitário
Maio 88
Setembro 89

ZERO

Jornal - Laboratório do
Curso de Jornalismo da
Universidade Federal de
Santa Catarina

Colaboradores: Tarcísio
Mattos

Diagramação: Fabiano
Melato, Nilva Bianco,
Robert Willecke, Rogé-
rio F. da Silva, Rute En-
riconi

Coordenação: profes-
sora Neila Bianchin

Edição: Fabiano Melato,
Geraldo Hoffmann,
Ivaldo Brasil Jr., Jac-
ques Mick, Sabrina
Franzoni, Marques Ca-
sara

Edição e Supervisão:
professor Ricardo Barreto
Fotografia: Ivaldo Brasil
Jr., Jacques Mick, Mar-
ques Casara, Murilo
Naspolini

Laboratório Fotográfico:
Marques Casara, Pedro
Melo

Secretaria: Ivaldo Brasil
Jr.

Textos: Fabiano Melato,
Geraldo Hoffmann,
Ivaldo Brasil Jr., Jac-
ques Mick, Marques Ca-
sara, Nilva Bianco, Pe-
dro dos Santos, Pedro
Saraiva, Robert Willec-
ke, Romir Rocha, Rosa-
ne Porto

Telefone: (0482) 33-9215
e 33-9490

Telex: (0482) 240 BR

Telefax: 334069
Acabamento e impres-
são: Empresa Editora O
Estado

Correspondência: Caixa
Postal 472, Departamen-
to de Comunicação So-
cial, Curso de Jornalis-
mo, Florianópolis-SC
Distribuição gratuita
Circulação dirigida

Curso ganha três prêmios

Foi no II Set e

todos foram

jornalísticos

Se talento tem peso, o do curso de Jornalismo da UFSC corresponde, no mínimo, ao de três elefantes. Três elefantes de cristal: eram os troféus conquistados e o saldo da participação dos alunos do Jornalismo no II Set Universitário promovido pela Faculdade dos Meios de Comunicação Social (Famecos), da PUC de Porto Alegre. O Set reuniu trabalhos-laboratório dos estudantes de Comunicação da Região Sul, nas categorias de fotografia, cinema, vídeo, áudio, texto, peças gráficas e projeto de RP. Tudo para que os talentos não se atrofiem dentro dos próprios cursos e os futuros comunicadores se comuniquem, efetivamente.

O curso catarinense levou para Porto Alegre trabalhos inscritos em todas as categorias jorna-

lísticas. Voltou para Florianópolis premiado nas categorias de texto, vídeo e peça gráfica. O texto vencedor foi "A mina dos mineiros", de Geraldo Hoffmann, publicado em dezembro de 88 no Zero. O vídeo jornalístico que conquistou os jurados do II Set foi "Estado de Greve", um trabalho crítico sobre a paralisação geral de abril deste ano. O vídeo foi realizado no primeiro semestre de 89 por alunos da quinta fase e inscrito em nome da aluna Cláudia Finardi. E o último troféu foi conquistado pelo Zero na categoria de melhor peça gráfica. Foi a segunda vez consecutiva que o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da UFSC levou o prêmio, desta vez através da edição de setembro de 89.

Na avaliação dos jurados do II Set, em diversas áreas os tra-



Melhor texto, melhor vídeo e melhor jornal

balhos realizados pelos estudantes de Jornalismo de Santa Catarina estão à frente dos demais. O desempenho mais elogiado foi na categoria de vídeo, onde a técnica de edição foi considerada muito boa, além de ser um trabalho mais maduro jornalisticamente. Segundo o júri, em Santa Catarina acontece uma "efervescência" jornalística que não é observada nos cursos dos outros estados.

Apesar do Set Universitário ser aberto à participação das es-

colas de comunicação de toda a região Sul, neste ano a presença ficou quase reduzida aos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A maior concorrente e vencedora, com 11 premiações, foi a própria escola dona da festa, a Famecos. A UFSC e a Fabico/UFRGS receberam três prêmios cada e a Unisinos, de São Leopoldo, um.

Nilva Bianco

Um anfitrião faminto papa muito mais



Zero
ganhou pelo segundo
ano consecutivo

Pela segunda vez o Zero foi o melhor trabalho inscrito na categoria Peças Gráficas, subcategoria "Jornalismo", do II Set Universitário. Dentro dessa modalidade foram ainda premiados: Blenda (subcategoria Publicidade), e "Semana Comemorativa 10 anos Trensurb" (subcategoria Projetos em Relações Públicas), ambos da Famecos - PUC-RS.

No I Set, realizado em 88, na categoria Vídeo (subcategoria "Telejornalismo e Vídeo Documentação"), o curso de Comunicação Social da UFSC só conseguiu uma "menção honrosa" por "Bom Dia Presidente", vídeo produzido no primeiro semestre de 88. Este ano "Estado de Greve" (realizado pela equipe de Telejornalismo II) trouxe para Florianópolis o elefante de cristal. Os outros premiados foram: na subcategoria Vídeo Experimental venceu "O Afeto que Se Encerra" (de João Knijnik, da Fabico/UFRGS) e em Relações Públicas "Transformação

de uma Imagem", de Cláudia di Mare Arbo (Famecos).

"Inocente Face da Loucura", de Júlio Cesar Bello Cordeiro (Unisinos) foi a vencedora em Fotografia, subcategoria Fotojornalismo e Documentação. Em Foto Turismo, a vencedora foi "Vista Para Catedral" (de Adriana Severo S. Pinheiro, Famecos). "Trilhos" (Tatiana Correa do Nascimento, Famecos) levou o elefante em Foto Publicitária e "Equilíbrio" (Paulo Guerchfeld, Famecos) foi premiada em Fotografia Experimental.

Em texto (subcategoria Texto Jornalístico), "A Mina dos Mineiros", de Geraldo Hoffmann (UFSC), foi a reportagem vencedora. Essa mesma matéria já havia sido premiada na II Mostra Interna do Curso de Jornalismo da UFSC em março deste ano. A categoria Audio apresentou-se dividida em quatro modalidades: Experimental, Radiojornalismo, Jingle

Publicitário e Spot Publicitário. E os vencedores foram, respectivamente: "Os presidenciáveis" (Alvaro Nery, Famecos), "O Carnaval Através dos Tempos" (Adriana Duarte Piegas, Famecos), "O Balanço das Cadeiras" (Gilson Storck, Fabico) e "Três Versões de uma Festa/Plantão de Polícia" (Eduardo Tajés, Famecos).

"Animal", de Ricardo A.C. de Oliveira (Famecos), foi o trabalho premiado na categoria especial Fera da Sala de Aula, subcategoria Vídeo Publicitário.

Devido ao pequeno número de trabalhos apresentados, o júri do II Set restringiu Cinema a uma única subcategoria, "Ficção/Experimental", premiando o filme "Espelho", de Fernando Mantelli (Famecos).

Fabiano Melato

PROMOÇÃO ZERO-WEA

Camisetas, uma discografia e 40 Ô Blesq Blom dos Titãs

O que é, o que é. Responda o que significa a expressão - Ô Blesq Blom e concorra a 40 LPs do sexto disco dos Titãs, 10 camisetas e uma discografia completa do grupo. Envie a resposta com o xerox deste anúncio para "Promoção Disco", C.C.E. - Curso de Jornalismo, Campus Universitário s/nº, Trindade, Florianópolis, CEP 88.049. E aguarde o próximo número que sai depois das eleições presidenciais.



Carta escrita pela mão direita

**Trens da alegria
fizeram a festa
dos lobistas**

Nunca se viu tanto mendigo de terno, gravata e farda na Assembléia Legislativa. Empresários, desembargadores, promotores, delegados, juizes, policiais civis e militares, munidos do argumento franciscano "é dando que se recebe" (lema do Centrão no Congresso Constituinte), pediram "esmola" até por telefone e telex aos deputados que escreveram a nova Constituição de Santa Catarina. Foram 354 dias de caça ao Tesouro do Estado, que, já no mês de outubro, desembolsaria NCz\$ 40 milhões a mais para atender às conquistas de apenas quatro lobbies.

As Constituintes estaduais começaram, oficialmente, com a promulgação da nova Constituição Federal, em 5 de outubro de 1988. No dia seguinte, o deputado Ulysses Guimarães (PMDB), em seu primeiro ato público de campanha à sucessão do presidente José Sarney, reuniu os 23 presidentes de assembleias, em Brasília, e, simbolicamente, ungiu os deputados estaduais com poderes constituintes.

Em Santa Catarina, assistiu-se, até o dia 12 de outubro, a uma acirrada e cômica disputa pela presidência da mesa dos trabalhos. O então presidente da Assembléia, Juarez Furtado (PMDB), realizou uma sessão sozinho. Reprisou-a para uma emissora de TV que chegou tarde. Uma cena que levou a acordos rápidos para a eleição de Aloísio Piazza (ex-PMDB, eleitor de Covas - PSDB) para "senhorzinho constituinte". Furtado brigou na Justiça pela cadeira de presidente e só voltaria aos trabalhos no dia primeiro de agosto de 89, já na fase de plenário, para dizer que não existia Constituinte.

A ação judicial de Furtado também fez com que o regimento interno fosse elaborado às pressas e favorecesse as maiores bancadas (PDS e PMDB). Os deputados gastaram só dois meses para aprovar um regimento muito parecido com o da Assembléia Nacional Constituinte, com cinco comissões temáticas (dos Direitos e Liberdades Fundamentais, da Organização dos Poderes, dos Assuntos Municipais e Microrregionais, do Orçamento e da Tributação, da Ordem Econômico-Financeira-Social) e a Comissão de Sistematização. Só faltaram as subcomissões. O deputado

empresário Francisco Mastella (PDC) havia apresentado projeto à Assembléia em março de 1987, para que se antecipassem os preparativos da Constituinte. A proposta foi considerada descabida.

A preocupação de Mastella se justificaria mais tarde. Não foi preparado sequer um setor de protocolo para receber as mais de quatro mil sugestões da sociedade e do governo e, quando foram realizadas as audiências públicas, os textos das comissões temáticas já estavam prontos. As audiências acabaram em atos de campanha eleitoral.

Em maio de 89, os cinco anteprojetos das temáticas, somando em torno de 500 artigos, foram entregues ao presidente da Sistematização, Salomão Ribas (ex-PDS, hoje no PL), e ao relator-geral Neuzildo Fernandes (PMDB), que os transformariam num "frankenstein" de 360 artigos. Foi aí que começaram a ser varridos do texto os principais avanços aprovados na comissão da ordem econômica, financeira e social, cuja relatora era a deputada Luci Choinaski (PT). Um dos assessores do relator nesse "enxugamento" foi o professor e procurador do Estado, Carlos Alberto Silveira Lenzi, que tem em seu currículo o diploma do curso de treinamento orientado pela CIA, nos Estados Unidos, entre 15 de maio e 15 de julho de 1963 (conforme se lê à página 708 do livro "1964: A Conquista do Estado", de René Dreyfuss).

O segundo projeto, concluído em julho, tinha 325 artigos. Vieram 22 emendas populares para recuperar algumas perdas. No começo de agosto, os próprios deputados apresentaram 946 emendas para reinscrever na Constituição o que o relator e o presidente da sistematização tinham apagado. Só a deputada Luci Choinaski apresentou 157 emendas, principalmente para democratizar o Estado, aumentar a participação popular nas políticas governamentais, moralizar a gestão pública e ampliar as conquistas dos trabalhadores. No primeiro turno da votação



Romir Rocha/Zero

Os anjos da guarda da nova Constituição

em plenário, os deputados até aprovaram alguns avanços para contrabalançar com dispositivos corporativistas de suas clientelas eleitorais. A ordem de Ribas era "incluir no primeiro, para reti-

rar no segundo turno". Passaram as eleições diretas para diretores de escolas, o seguro agrícola, os conselhos estaduais paritários para gestão da administração pública... No segundo turno,

Palavra de honra

"Imagine se uma bicha pudesse fazer parte das fileiras da Polícia Militar". (Do deputado-coronel Sidney Pacheco - PFL, contra a proposta de punição a quem discriminar alguém pela "preferência sexual")

"Tão criando o terceiro sexo na Constituinte" (Raulino Roskamp-PMDB, sobre o mesmo tema)

"Não vejo problema no empresário que deu uma sonogadilha. Ele, coitado, também precisa de ajuda... Porque todo mundo está levando a sua fatia daqui" (Jarvis Gaidzinski-PL, sobre a isenção das multas aos sonogadores do ICMS).

"Vocês não têm que se reeleger. Eu tenho um gabinete cheio de gente pedindo que mantenha o texto" (Salomão Ribas-PL, a favor da incorporação de vantagens de cargos comissionados ou eletivos ao salário)

"Já vou afiar os cascos, arrumar essa boquinha. Menino bem comportado que sou" (Paulo Bauer-PDS, sobre o fim do concurso para procuradores da Assembléia).

"Político tem que ser artista, cientista e repentista" (Jorge Gonçalves-PMDB, sobre a aprovação das eleições diretas para diretores de escolas no 1º turno, contra a vontade do governador)

"Seu Coronel de bosta, coronel de merda. Ele que vá desafiar a vovozinha" (Jorge numa briga com Pacheco sobre vinculação da Polícia Civil ao governador).

"Ninguém vem aqui ver porque sabem que nós estamos fazendo leis que não vão ser cumpridas" (Ivan Ranzolin, sobre as galerias vazias).

"Nós estamos chegando ao final de uma peça de teatro que até rendeu bastante mídia" (Júlio Garcia PFL, ao final das votações de primeiro turno).

171 emendas suprimiram o que havia de avanços em relação à Constituição Federal, mas mantiveram "trens da alegria", como a equiparação dos soldos entre Polícia Militar e o Exército, isenção de ICMS sobre microempresas com faturamento anual até 90 mil BTN e sobre serviços de transporte rodoviário de passageiros, correção das pensões do IPESC, isonomia de vencimentos entre deputados, secretários de Estado e desembargadores, aumento do número de desembargadores do Tribunal de Justiça de 22 para 27, fim das multas para sonegadores de impostos, prorrogação das atuais concessões de transporte coletivo, a transformação do Fundo de Previdência Parlamentar em autarquia... e uma ladainha de privilégios para pequenos grupos. Houve até alguns deputados que só se manifestaram mesmo nas votações que definiram pelo plebiscito em 1993 para a mudança da capital do Estado para Curitiba-nos.

No final, os conselhos estaduais ficaram apenas como órgãos consultivos, as emendas populares receberam tratamento indevido (o poder público continuará aplicando recursos públicos da educação e da saúde na iniciativa privada, a participação do Estado na realização da reforma agrária e a criação de um Fundo de Terras foram excluídos e o seguro agrícola sumiu). A deputada Luci, que relutou em assinar e jurar a Constituição, diz que "as elites ficaram com o filé mignon e o povo com as migalhas". Na sessão de promulgação, dia 5 de outubro, os deputados, autoridades dos três poderes e lobistas encheram de pompa o plenário. Só faltou o povo e a deputada petista. E, apesar da preocupação dos deputados em "não fazer uma Constituição inconstitucional", vários dispositivos corporativistas já começaram a ser questionados juridicamente.

Textos
Geraldo Hoffmann

TV boicota deputados no RS

Quando o deputado José Fortunatti, num programa de entrevistas da TV Guaíba de Porto Alegre, começou a responder a primeira pergunta do apresentador, estava prestes a aparecer para os telespectadores uma amostra sintomática do poder das empresas de comunicação. Exatamente no momento em que a câmera transmitia, ao vivo, a imagem do líder da bancada estadual do PT na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, para todo o estado, o programa foi cortado. A equipe técnica da televisão havia recebido a ordem de não colocar o deputado falando no ar, de maneira nenhuma.

A ordem não veio do Estado autoritário, como também não foi assinada por um sargento de plano. A determinação, segundo fontes bem informadas, partiu, sem papéis nem carimbos, diretamente do proprietário da emissora, Renato Ribeiro, dono do grupo Caldas Júnior.

O corte abrupto do programa (que depois de ter saído do ar, apesar de estar apenas começando, acabou ali mesmo), foi o ponto mais alto de uma crise que envolveu a bancada estadual do PT, alguns deputados do PDT e todas as empresas de comunicação gaúchas. Uma proposta que era contra a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para as rádios, jornais e TVs foi três vezes à votação no plenário da Constituinte do Rio Grande do Sul. Curiosamente, os deputados que votaram a favor da proposta (contra a isenção) foram os da bancada petista e alguns pedetistas. A partir dessa questão política, os nomes dos deputados foram banidos das redações de todo o estado e o espaço de seus partidos e correligionários, restringido ao mínimo necessário.

Atualmente, já em outubro, com a Constituição gaúcha promulgada e a isenção garantida, a crise

foi bastante amenizada e as autoridades protagonistas do caso estão sob regime de "liberdade vigiada", como define o próprio deputado Fortunatti.

É de se perguntar se boicotar e censurar são direitos da iniciativa privada. E até quando esse tipo de situação — que já é considerada normal por alguns — vai continuar existindo? Perguntas talvez ingênuas mas nem por isso menos inquietantes. Ou estará certa aquela pichação num muro da cidade: "Chega de intermediários, Roberto Marinho para presidente"?

Reportagem
Pedro Saraiva

Integração na primeira página

**América unida é
"necessidade"
para jornalistas**

O papel do Jornalismo, sua responsabilidade política e características de transformação da sociedade e as propostas e perspectivas para a "Mediação dos jornalistas na integração da América Latina" foram os temas principais discutidos no I Seminário Latino-Americano de Jornalismo, realizado de 7 a 9 de setembro na Universidade Federal de Santa Catarina, promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (Intercom) e o Curso de Jornalismo.

O seminário reuniu doze dos mais representativos pesquisadores e profissionais de jornalismo que, nos três dias, falaram sempre a uma platéia de 400 pessoas, que lotava o auditório da Reitoria da UFSC. Para Armando Rollemberg, presidente da Felap e Fenaj, a união dos países latino-americanos é "necessidade histórica. Mas além dos problemas mais comuns que envolvem esses países, como a dependência econômica dos países do primeiro mundo, a pobreza e a fome, são diferenças essenciais que incluem a prática jornalística".

Rollemberg falou disso na apresentação do Seminário, na tarde do dia 7. A ideia de democratização das comunicações é um exemplo dessas diferenças. "É claro que não interessa ao Brasil um modelo estatal, como o cubano. Nossa luta é contra o monopólio, queremos assegurar a liberdade de imprensa e de informação através de controle público. Mas é essa diversidade que vai enriquecer a discussão e a prática", afirma.

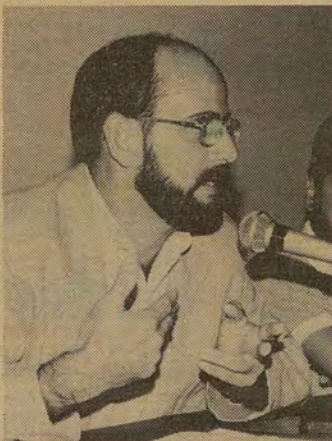
O pesquisador Vicente Gonzales do Centro de Estudos de Difusão Massiva de Cuba e diretor do Instituto Cubano de Rádio e Televisão acredita que o jornalista deve deixar seu papel de mero observador para se transformar num ser participante da sociedade. "É preciso aceitar o fato de que esses profissionais são agentes de trocas sociais que têm uma importante função na integração dos povos", afirma. Para o cubano a teoria precisa considerar os homens em sua totalidade, como entidade individual e ser social, e as posições éticas defendidas devem ter como princípios a verdade dos fatos.

No mesmo painel, o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nilson Lage, considera a complexidade da profissão como o ponto de partida para

uma teoria do Jornalismo. "Durante nossa história, já fomos considerados prestadores de serviços, hereses, subversivos, publicistas, educadores e banalizadores do cotidiano. Agora, somos tudo isso e ainda responsáveis pela troca de informações dos vários núcleos de poder da sociedade contemporânea", define Lage.

Para o professor do Curso de Jornalismo da UFSC, Sérgio Weigert, que fundamentou sua argumentação no livro "O Segredo da Pirâmide", de Adelmo Genro Filho, "essa atividade deve ser considerada como uma forma de conhecimento, de apreensão do real. Por isso, qualquer teoria deve ter nexos com a Filosofia e responder à questão principal: O que significa o Jornalismo?"

No dia 8, o Seminário falou da mediação dos jornalistas nos processos sociais do continente. Para Ernesto Vera, diretor do escritório da Organização Internacional dos Jornalistas para a América Latina, a solução é atuar através de uma organização mais forte, que integre os diversos profissionais da região. "Vemos hoje a política de mentira organizada nos grandes órgãos de informação, pois é interessante para os grupos dominantes manter a ignorância sobre



Gonzales: verdade dos fatos



Meditsch: currículos distantes da realidade

as causas e conseqüências dos problemas dos países subdesenvolvidos". Vera acredita que essas "campanhas desinformativas" têm o objetivo de confundir e desunir as sociedades latino-americanas.

O secretário-geral da Felap, o mexicano Luiz Suarez, destacou que muitas empresas preferem considerar o profissional apenas como um reprodutor rápido de notícias. "A objetividade não pode chegar ao ponto de omitir a consciência do jornalista. Não é necessário ser contrário à verdade para transformar a sociedade, pois a realidade é revolucionária", afirmou.

O professor Sérgio Caparelli, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirmou que a única integração das indústrias culturais do Cone Sul se deu através do terror, das ditaduras políticas. "Foi isso que tornou nosso ofício perigoso: Na Argentina, 92 jornalistas foram mortos, 32 tombaram no Chile e 11 no Bra-

sil". Apesar do atual processo de democratização que Caparelli observa nos países latino-americanos, o vício autoritário entre patrões e empregados ainda perdura nas redações e nos outros veículos.

O diretor-geral da revista Cadernos do Terceiro Mundo, Neiva Moreira, observou que "há um desvio intelectual ensinado aos jovens nas escolas de comunicação, onde eles desaprendem a função social da profissão". Para combater o retrocesso e a estagnação das escolas, o professor Bernardo Kucinski, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, propiciou, através de convênios, várias viagens pelo continente americano a 25 alunos, para produção de matérias com "atenção especial aos temas sobre direitos humanos", lembrou Kucinski.

Os cursos de comunicação social também foram objeto de discussão no último painel do semi-

nário, no dia 9. O professor Eduardo Meditsch, do Departamento de Comunicação da UFSC, fez uma explanação histórica do desenvolvimento das faculdades de Comunicação no Brasil e suas tendências burocráticas, influenciadas pelo sistema de governo e pela falta de material que possibilitasse a atuação prática dos alunos. Segundo o professor, associado à falta de equipamentos, o caráter do ensino voltado para o atendimento de pessoas que necessitassem do diploma somente para uma ascensão profissional, gerou um distanciamento da realidade que transparece nos currículos escolares até hoje.

O jornalista e coordenador de comunicação social da prefeitura de Porto Alegre, Daniel Herz, enfocou o posicionamento político do profissional. Apesar de pressionado pelo controle privado, o jornalista deve compartilhar com esse poder ao mesmo tempo em que desenvolva uma postura política diferenciada. "Não se deixando influenciar pela ideologia do meio de comunicação, o jornalista pode exercer o papel de mediador e assumir uma postura política compartilhada com esse controle, sem legitimar, entretanto, a identidade comercial desse órgão", defende Herz.

Apresentando uma proposta de popularização dos meios de comunicação, o diretor da agência Interpress Service para o Brasil, Mário Osava, explicou que a tendência de elitização do jornalista se deve ao caráter meramente comercial assumido pelos meios de comunicação no Brasil. "O conteúdo dos periódicos adquiriu um caráter elitizado, relegando o atendimento às necessidades da população para um segundo plano".

Textos:
Jacques Mick

Foi o maior: 107 expositores

O XII Congresso Brasileiro de Pesquisadores da Comunicação, que aconteceu entre 7 e 9 de setembro na Universidade Federal de Santa Catarina, foi o maior já realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), na avaliação do novo presidente da entidade, professor e jornalista Manoel Carlos Chaparro.

O evento teve a participação de aproximadamente mil pessoas e desdobrou-se em 60 simpósios, painéis, encontros e mesas redondas, com um total de 107 expositores que falaram de "Indústrias culturais, e os desafios da integração latino-americana". Mais importante que os números, foram os aspectos qualitativos que marcaram um congresso com a participação de alguns dos mais respeitados teóricos e comunicadores da América Latina.

Para Manuel Chaparro, o Congresso provocou o encurtamento da distância entre jornalistas e pesquisadores, num debate novo sobre a profissão e a atividade de informar, o que tornou-se possível

graças ao Seminário Latino-Americano de Jornalistas. Importante também, avalia Chaparro, foi a participação de estudantes vindos de todas as regiões brasileiras e de vários países da América Latina. Essa integração dos estudantes a uma reflexão mais aprofundada dos fenômenos da comunicação pode ser igualmente proveitosa para o ensino e a pesquisa.

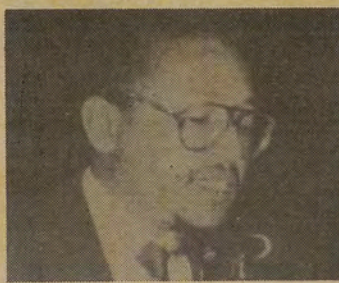
Além de Jornalismo, o Congresso discutiu as áreas de Rádio, Televisão, Cinema, Comunicação Rural, Publicidade, Revistas de Comunicação, Relações Públicas, Comunicação para a Paz e Vídeo, reconstruiu a diretoria da Associação Latino-Americana dos Investigadores da Comunicação (ALAIIC), agora encabeçada pelo professor José Marques de Melo, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo) e elegeu uma nova coordenação para a própria Intercom que já prepara, para setembro de 1990 no Rio de Janeiro, o XIII Congresso, que irá discutir os "quarenta anos de televisão no Brasil".

Jornalismo grita em português

Na pauta, nova ordem mundial de informações



Tomé, Moçambique



Santos, Cabo Verde



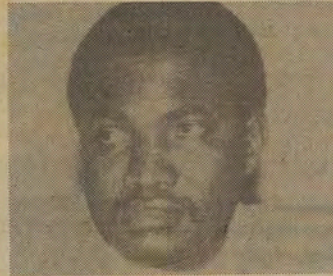
Mário Guerra, Angola



Pedro Albino, Bissau



João Mesquita, Portugal



Tavares, São Tomé

Mais de 50 representantes de sindicatos ou organizações dos jornalistas dos países de língua portuguesa reuniram-se no Itamaraty, Brasília, de dois a cinco de outubro, para discutir os rumos que a comunicação vem tomando em todo o mundo e analisar com as realidades específicas dos SETE (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe) se inserem no contexto global.

Além dos delegados portugueses, africanos e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), estiveram presentes representantes de 15 Estados brasileiros. O primeiro encontro ocorreu no ano passado em Lisboa e o terceiro ficou marcado para Luanda, capital de Angola, em data a ser confirmada entre os organizadores e os países-membros.

A criação de uma agenda "aberta de contatos", a implantação de uma Escola Itinerante de Jornalismo (EIJ) e a concessão do estatuto de observador permanente ao Timor-Leste foram as decisões deste segundo encontro.

A "agenda" foi criada para proporcionar a troca de dados e informações jornalísticas entre os profissionais e as entidades representativas da categoria em cada um dos países. Visa também facilitar o intercâmbio entre os jornalistas e dar apoio aos profissionais que eventualmente venham a deslocar-se em serviço a um dos Sete. A "agenda" é aberta a todos os jornalistas "lusófonos" que queiram integrá-la.

A proposta de criação da EIJ foi encaminhada no encontro de Lisboa. Agora, discutido e aprovado o anteprojeto elaborado por Moçambique, decidiu-se que cada país vai buscar financiamentos para que a Escola comece a funcionar em 1990.

Paralelamente, foi recomendado a cada entidade que indique, em um mês após a reunião, um jornalista para trabalhar na edição regular do jornal dos Sete, que ainda não tem periodicidade certa e cuja primeira edição esgotou no encontro de Brasília.

A ocupação Indonésia de Timor-Leste (parte da ilha de Timor no sudoeste asiático) foi condenada por todos os presentes. O assunto recebeu uma moção de apoio à Frente Timorense de Libertação Nacional — Fretilin. O nacionalista mauberes, Roque

Rodrigues, que integrava como convidado a delegação angolana, foi reconhecido representante e porta-voz da resistência patriótica. O estatuto de observador permanente dá todos os direitos de que os Sete gozam, ao representante no exterior da Fretilin, até que os legítimos delegados dos jornalistas do Timor-Leste possam comparecer.

Também foi manifestada a solidariedade aos povos de Moçambique e de Angola, vítimas da política belicista e racista da África do Sul. Foi nesta ótica que foi decidido em moção, repudiar o conteúdo, tido como parcial, ideologicamente viciado e mistificador da realidade, das reportagens publicadas no início de outubro pelo jornal "Folha de São Paulo", sobre a Unita. Apoiaram também o pedido de esclarecimento feito pela Fenaj ao governo brasileiro sobre supostos contatos entre as forças armadas brasileiras e a Unita, apoiada pela África do Sul e os Estados Unidos.

Os participantes do segundo encontro de jornalistas consideraram difamatórias ao regime de Luanda as reportagens publicadas pelo jornal. Mesmo assim, não deixaram de manifestar esperança que as negociações de paz iniciadas este ano em Gbadolite (Zaire) entre o MPLA — Partido do Trabalho, no poder, e a Unita levem ao entendimento recíproco.

A expressão de solidariedade foi extensiva aos jornalistas que em vários pontos do mundo, principalmen-

te na África do Sul, na América Latina e no Médio Oriente, ainda são vítimas de oligarquias contrárias ao progresso e à justiça social.

O direito à informação como princípio universal dos povos e a liberdade de expressão proclamados na Declaração dos Direitos Humanos foram reunidos no documento final para denunciar o caráter discriminatório e monopolista do atual sistema informativo internacional. Esta situação, diz o documento, só poderá ser superada com a instauração de uma Nova Ordem Mundial de Informação e de Comunicação. Este assunto terá relevância na próxima assembleia-geral da Unesco (organismo das Nações Unidas para educação, ciência e cultura).

Para os debates do tema central da reunião — "Os novos rumos da

comunicação" — foram convidados professores e profissionais do porte de Nilson Lage (UFRJ). Também foram convidados os presidentes Osvaldo Peralva do Instituto Nacional do Livro do Brasil, Carlos Moura da Fundação Palmares o ministro Francisco Rezek do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A intervenção de Rezek não teve ouvintes. Foi como falar para uma plateia de múmias, onde só os vigilantes acompanhavam a conversa. Aconteceu no finalzinho do encontro, quando a maioria dos presentes estava mais preocupada em concluir os temas ainda em pauta. O ministro falou do processo eleitoral no Brasil e dos trabalhos no Poder Judiciário para as eleições presidenciais de novembro. Os profissionais brasileiros mostraram-se preocupados em que não ocorram anomalias no processo, a ponto de beneficiar a eleição de um candidato impopular.

Esta preocupação já tinha sido manifestada por Armando Rollemberg, presidente da Fenaj na abertura do evento: "os jornalistas brasileiros querem ajudar a eleger um Presidente da República capaz de realizar as reformas estruturais da economia e implantar no país uma política social que permita o resgate da dignidade para milhões de cidadãos, que sobrevivem em vergonhoso estado de miséria". Para que isso ocorra os profissionais de informação terão que deixar de lado as paixões, os "jabás" (favores) ou o radicalismo, para encarar de sã consciência a dura realidade que o Brasil vive. Esta também foi a conclusão a que chegaram os representantes reunidos em Brasília. Para eles, este deve ser o lema de qualquer profissional que aspire à paz, à liberdade e à justiça social.

Textos: Pedro Santos
Enviado especial

Instituto vai uniformizar

Djarama, Deçu ca pagá bô, Safina, Deus ta paga Nhôs. Palavras complicadas, né? Talvez exóticas para o timbre de um leigo! Pois, são expressões que, respectivamente, na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo-Verde, encerram sentimentos que o "Obrigado" significa na língua portuguesa. Com a diferença de que estes termos pertencem a um universo lingüístico-idiomático e a geografias menores. Enquanto o "Obrigado" preenche espaços maiores. Ou seja, em termos de comunicação social e humana, a língua portuguesa circunscreve-se a esfera dos idiomas transcontinentais, além de ser um instrumento privilegiado de integração entre os Sete e um canal de diálogo com outras grandes comunidades lingüísticas.

O português é hoje a sexta língua mais falada no mundo, depois do chinês, árabe, inglês, espanhol e russo. Mais de 170 milhões de pessoas falam este idioma nos cinco continentes, nomeadamente em Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo-Verde, São Tomé e Príncipe e em Macau — que brevemente será reintegrada à China. No ano 2000 estima-se que mais de 250 milhões estarão falando o português.

Sabe-se, no entanto, que o uso de

uma mesma língua não uniformiza nações, não elimina diferenças ideológicas e nem substitui as raízes e a identidade cultural dos povos. No caso do português esta constatação envolve ainda outras vertentes, vistas as disparidades nas normas gramaticais e nos vocabulários, devidas sobretudo à criatividade neológica do brasileiro, ao eruditismo do lusitano e à incorporação de palavras e expressões africanas ao idioma.

Para uniformizar o mais possível as disparidades gramaticais e vocabulares, o Brasil sugeriu a criação de um Instituto Internacional da Língua Portuguesa (ILP). A ideia tem o aval dos outros países "lusófonos" o apoio das Academias Brasileira de Letras e de Lisboa e entidades dos Escritores e Jornalistas de Língua Portuguesa.

A criação do ILP visa estimular o desenvolvimento das relações culturais e a promoção da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico. Para isso será encorajada a cooperação, pesquisa e o intercâmbio de especialistas nas áreas da cultura e da língua. Será também voltado à promoção de projetos e programas literários, artísticos e dos meios de comunicação social.

Escola prioriza africanos

A ideia de criação de uma Escola Itinerante de Jornalismo (EIJ) surgiu no encontro de Lisboa. Tem como pressupostos, complementar e apoiar as ações que se desenvolvem na área jornalística e as instituições de formação existentes nos Sete. A prioridade para os países "lusófonos" da África, carentes de meios materiais, financeiros e pedagógicos.

Na reunião de Brasília foi criada uma comissão encarregada de elaborar os estatutos e um inventário dos meios humanos e infra-estruturais disponíveis em cada um dos países, para a concretização dos objetivos da EIJ. A comissão, coordenada por Moçambique, vai reunir-se dentro de seis meses em uma sede a ser indicada, para estudar as possibilidades de os cursos começarem a funcionar no ano que vem.

Numa primeira fase, a EIJ será um instrumento de cooperação visando, principalmente, o apoio na formação profissional dos Cinco (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Assim, as infra-estruturas de formação existentes no Brasil e em Portugal poderão desempenhar um papel relevante neste processo.

A EIJ priorizará o português como idioma de trabalho, pelo que recorrerá a professores e profissionais experientes dos Sete para a realização de cursos e de outras ações de formação. O quadro do-

cente será contratado ou fornecido através de convênios com universidades e empresas de comunicação, sem compromisso de carreira ou contrato a longo prazo.

Nos currículos constarão matérias basicamente práticas sobre imprensa, rádio, agência noticiosa, televisão, fotojornalismo e informática. Também constarão no currículo temas sobre a história e a geopolítica dos Sete e do mundo contemporâneo. As matérias variarão em especificidade e em número de tempo/aula, conforme as necessidades do país organizador e as propostas dos outros países participantes no curso.

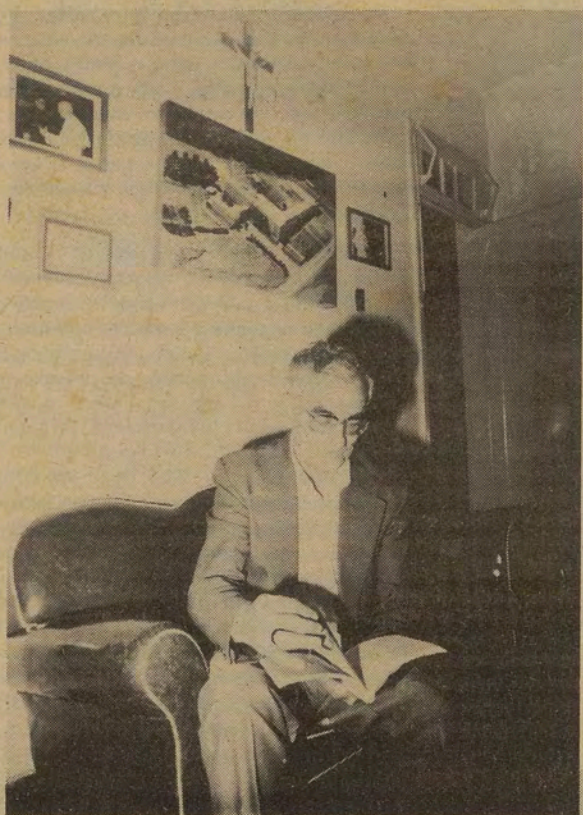
Os cursos serão de curta duração (de um mês a um ano cada) e a participação de um profissional em mais de um curso fica a critério da organização ou sindicato dos jornalistas do país a que pertence.

Do ponto de vista financeiro, a EIJ vai sustentar-se dos recursos fornecidos pelos Sete e das doações obtidas junto aos organismos internacionais, notadamente UNESCO, PNUD, e CEE. Os fundos angariados serão canalizados para a contratação de docentes, pagamento das despesas de funcionamento dos cursos, incluindo as passagens dos professores e alunos deslocados de outros países. Quando necessários esses recursos serão empregados na compra ou locação de meios técnicos de apoio à formação.



Comunicar: começo da união

Bispo prega resistência à Lei



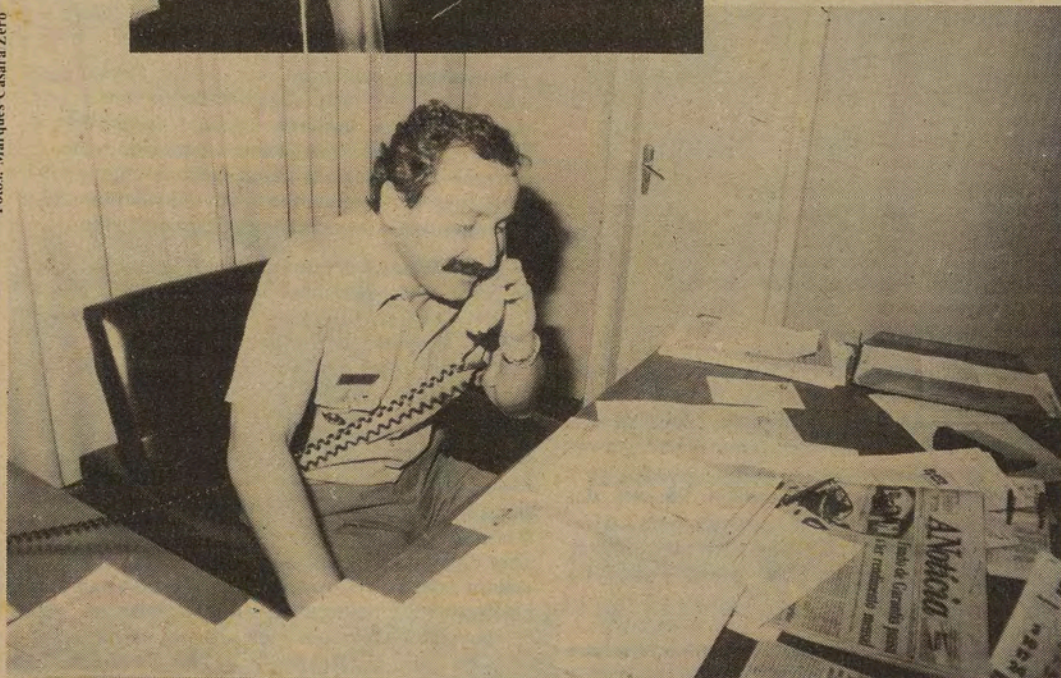
Coronel diz

que a Igreja

é subversiva

A Igreja e a Política Militar são instituições que ultimamente têm se envolvido frequentemente na luta pela Reforma Agrária. A primeira, na defesa dos sem-terra e apoiando a ocupação como forma de pressionar o governo. A segunda, com o intuito de cumprir a lei, reprimindo manifestações e desalojando agricultores de terras invadidas.

Para Dom José, o direito a uma vida digna está acima da lei dos homens



Aliatar deve descobrir o responsável pela morte

Reforma não saiu do papel

Desde as primeiras ocupações de terra em Santa Catarina, 1.700 famílias foram beneficiadas pela Reforma Agrária. O número equivale a 10% da previsão fornecida pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) para o Estado, que determinou o assentamento de 17 mil famílias até o final de 1988. Segundo estimativas do Movimento Sem-Terra, caso o projeto de Reforma Agrária fosse levado ao final, 140 mil famílias de agricultores poderiam ser beneficiadas pela redistribuição de terras improdutivas.

De acordo com relatório fornecido pelo In-cra, existem quase 700 mil hectares de terras aptas ao aproveitamento agrícola e que não vem sendo utilizadas. Calculando-se a distribuição

de 17 hectares para cada família, eles poderiam abrigar 43 mil famílias, 25 vezes mais do que o Movimento conseguiu em quase 10 anos de luta.

O número de famílias acampadas é de 1.700, sendo que para assentá-las é preciso exatamente a mesma quantidade de terras desapropriadas até agora: cerca de 28 mil hectares. Seguindo a política de Reforma Agrária adotada pelo governo, para que esse número fosse alcançado seriam necessários no mínimo, mais quatro anos de pressão por parte do Movimento. Mesmo assim, apenas 20% do plano de Reforma Agrária estabelecido pelos órgãos oficiais seria alcançado.

Em Santa Catarina, a Polícia Militar é vinculada ao gabinete do governador Pedro Ivo Campos, tendo nele seu comandante-em-chefe e responsável pela decisão de cumprir, ou não, as ordens de despejo que determinam o uso da força policial. Assim como saiu de sua mesa a decisão de invadir a fazenda Caldato, em Palma Sola, no dia 16 de setembro, também foi sua a que ignorou o mandato judicial expedido pelo juiz Luiz Antônio Pretto, de Abelardo Luz, que solicita tropas para desocupar a Fazenda Santa Rosa.

Função Social - Distante 700 quilômetros do Palácio do Governo, no bispado de Chapecó, Dom José Gomes representa o principal personagem na luta pela redistribuição de terras. Partindo do princípio de que não existe mais diálogo com o governador, prega a resistência como única fórmula capaz de apresentar efeitos na luta pela reforma agrária: "O governo não tem decisão política, portanto é um direito deles buscar estratégias e meios para forçá-lo."

Quando ao confronto em Palma Sola, que teve como saldo a morte de Olívio Alboni e ferimentos em 70 sem-terra e 23 PMs, D. José não vê outra forma que não seja usar a força contra a força: "O direito de uma vida digna é absoluto, e a lei é retrógrada demais para ser aplicada contra os que lutam pela função social que deve ter a terra".

No quartel da Polícia Militar de Chapecó, o tenente-coronel Aliatar Silveira Filho pensa diferente. De acordo com sua análise, a dor de cabeça enfrentada pelo governo teria sua origem na Igreja Católica. "Nos últimos anos", explica ele, "a Igreja deixou de cumprir sua função para abrigar movimentos que pretendem desestabilizar o país".

Por acreditar que é contro-

lada por "subversivos", garante que não leva mais os filhos à missa e prefere "rezar sentado em sua cadeira" ao avistar-se com um padre. Tendo como principal experiência de vida os 20 anos que já passou nas fileiras da corporação, o comandante também identifica o que chama de subversivos na Pastoral da Terra e CUT, que estariam usando os agricultores como "massa de manobra" para atingirem seus objetivos.

Quando a Palma Sola, na tentativa de efetivar o despejo, Aliatar acabou sendo protagonista de um episódio inédito em Santa Catarina: Olívio foi o primeiro acampado morto em confronto direto com a PM, e pela primeira vez, agricultores sem-terra são mantidos presos por atuarem contra uma liminar que determina o despejo. Apesar da polícia sair da área sem desalojar os acampados, escolheu seis deles para serem enquadrados por formação de quadrilha e descumprimento de ordem judicial.

O Movimento dos sem-terra já tentou, sem sucesso, pedido de habeas-corpus e outras alternativas legais para fazê-los responder o processo em liberdade.

Depois de passarem três dias incomunicáveis e sendo interrogados numa cela do quartel de Dionízio Cerqueira, dois deles foram transferidos para São Miguel D'Oeste e quatro para Chapecó. Eles já podem, agora, receber a visita de seus advogados.

No caso de Olívio, o Movimento espera o resultado de uma sindicância aberta por Aliatar para identificar os responsáveis por sua morte. Esperança é a última que morre e, num quadro de possibilidades, seria mais fácil o governador Pedro Ivo fazer um discurso em favor da Reforma Agrária do que a PM divulgar quem atirou no agricultor.



Agricultores ainda presos: a truculência da PM

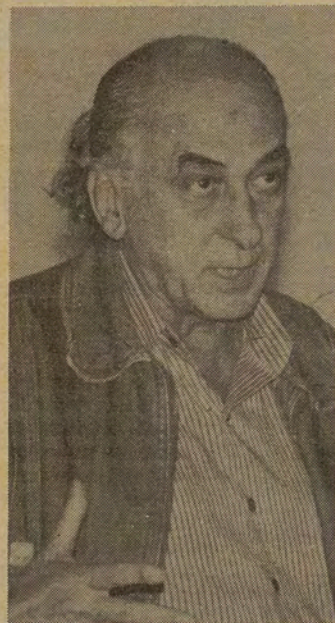
Textos: Marques Casara
Enviado especial

Zuenir Ventura fala de 68: guerrilha, eleições e milicos

Vota em Freire, critica Cuba e a luta armada

“1968 foi um ano que não deve servir de exemplo, mas pode servir como lição”. Com esta frase, adaptada de Mário de Andrade, o jornalista Zuenir Ventura sintetiza a importância do ano de 1968 para o Brasil, marcado pela tensão política e pela efervescência social e cultural, retratado em seu livro 1968: o ano que não terminou. Participando de um debate na UFSC, no dia 10 de outubro, Ventura disse que o livro é uma tentativa de reflexão sobre o que foi aquele período, e que sirva de subsídio para os dias de hoje, quando se destaca a eleição presidencial.

Após 30 anos sem votar para presidente, o brasileiro deve escolher sem pressa, “pois temos até o dia 15 de novembro para definirmos o voto”, observa. Revelando que seu candidato é Roberto Freire, do PCB, ele garante que esta não é uma posição fechada. Sobre a manipulação dos meios de comunicação para o favorecimento de certos candida-



tos, Zuenir acha que o espectador tem sentido crítico, e saberá fazer sua escolha. “Se errar, só poderá consertar na próxima eleição”, conclui.

Tragédia histórica — Na sua reflexão sobre o passado recente, Ventura diz que a luta armada, uma das formas de resistência da esquerda contra a ditadura, “foi um equívoco político, por não ter tido, em nenhum momento, condições de vitória, e que resultou num desastre, numa tragédia histórica”, uma avaliação que, se-

gundo ele, é consensual entre os militantes de esquerda da época. Para ele, a luta armada foi fruto de “uma pedagogia que levava a isso, baseada nas experiências de Cuba e do Vietnã”, que enfrentaram o imperialismo norte-americano.

O jornalista diz que a violência está nas distâncias sociais, nas injustiças institucionalizadas no país. “Os militares tomaram para si o poder, e durante 20 anos não conseguiram resolver nenhum dos problemas crônicos do Brasil”, e a fome, a miséria e o analfabetismo permanecem. Cita Cuba como exemplo de solução de alguns problemas básicos, como saúde e alimentação, embora faça “restrições, como no aspecto da liberdade”.

Jornalismo no Brasil — Repórter especial do Jornal do Brasil, Zuenir Ventura vê a imprensa brasileira “acomodada a algumas imposições do autoritarismo”, e prestando muito pouco serviço ao leitor. Mas ressalta que ela tem o mérito de ter denunciado todos os escândalos políticos que surgiram, e isso faz com que “o jornalismo tenha que discutir a questão ética”. Como profissional, defende a exigência do diploma de jornalismo, mas reconhece a deficiência dos cursos, no contexto da crise da Universidade, mas “isto deve ser um estímulo para sua melhoria, e não um pretexto para extinção”.

Textos
Robert Willecke

Livro reconstitui uma geração

Publicado pela Editora Nova Fronteira, 1968: o ano que não terminou tem como subtítulo “A aventura de uma geração” e começa com um reveillon que reuniu artistas e intelectuais da época. O livro é resultado de dez meses de pesquisas em jornais, revistas e documentos que incluem papéis do General Golbery (eminência parda do regime militar) e relatórios da CIA, re-

forçados com depoimentos de pessoas que viveram e fizeram 1968.

Numa espécie de crônica histórica, Zuenir Ventura faz a reconstituição do ambiente social e psicológico daquele período. O clima político era tenso, o movimento estudantil vivia seu grande momento, levando 100 mil pessoas às ruas, e o tropicalismo sacudia a cultura. Mas os gene-

rais instalados no Planalto decretam o AI-5, e acabam com 68 antes de o ano terminar, para mergulhar o Brasil, nas palavras do autor, “numa espécie de resaca”. Para quem só viveu a resaca, o livro é uma oportunidade de descobrir como foi a festa.

Seis rádios livres na UFSC

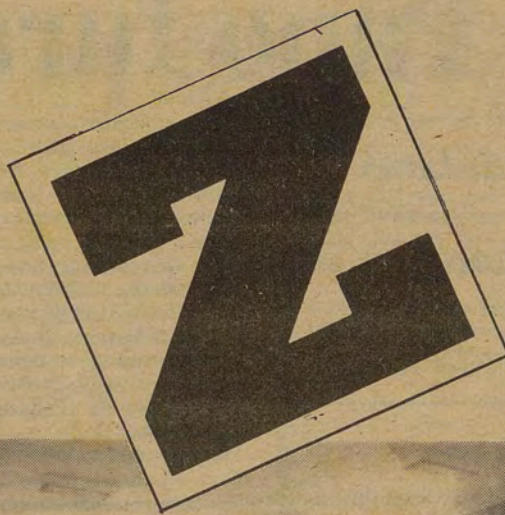
Pela democratização dos meios de comunicação, pelo livre acesso às informações, pela fuga aos padrões “globais”, por uma mudança fundamental na estrutura de radiodifusão neste país: rádios livres. Assim começa o texto do convite ao I Seminário Estadual de Rádios Livres, que se realizou nos dias 14 e 15 de outubro, no Diretório Central dos Estudantes da UFSC.

Foi um final de semana de muito

papo. Durante dois dias foram feitas palestras e debates sobre temas que vão desde “radiojornalismo” até “segurança e legalidade”. Apesar do número de participantes (cerca de 20 pessoas) não ter sido o ponto alto do seminário, o encontro, segundo seus organizadores, “atingiu seus objetivos”.

O evento, que foi organizado pela 107, Rádio Universitária Livre (DCE), teve a presença de represen-

tantes de seis emissoras espalhadas por quatro cidades catarinenses. Esses representantes, já no primeiro dia, organizaram o Coletivo Regional de Rádios Livres, comissão que tem a finalidade de coordenar, integrar e propagar a veiculação de ondas clandestinas no Estado. Os trabalhos foram encerrados na tarde de domingo, 15, com a realização de oficinas práticas de jornalismo e produção.



Fotos: Romir Rocha/Zero

Ao vivo para o Básico e a Reitoria

TV: debate frio marca primeira transmissão

Quanto valem os dois milhões e 750 mil votos de Santa Catarina? A duplicação da BR-101, a conclusão da 282, mais estradas, hidrelétricas, algumas escolas, postos de saúde, casas populares e campos de futebol... Os grandes problemas de Santa Catarina são os grandes problemas do Brasil, abreviaram os coordenadores estaduais de campanha as informações a respeito do Estado que estão levando ao conhecimento dos presidentiáveis.

Os coordenadores dos comitês da Frente Brasil Popular, Eurides Mescolotto; do PDT, Dércio Knop; do PMDB, Edison Andriño; do PSDB, Dirceu Carneiro; do PL-PDC, Honorato Tomelim; e dos PDS, Paulo Bauer, participaram do debate promovido, no dia 11 de outubro, pela turma de Telejornalismo II do Curso de Jornalismo da UFSC, ineditamente, transmitido em circuito interno de TV para o hall da reitoria e o Bar do Básico. Mário Cavallazzi (PRN), apesar de ter

confirmado presença, seguiu a tradição do candidato Fernando Collor e não compareceu.

— Nós vamos servir de bucha de canhão pra esse pessoal, desconfiou Tomelin, um dos primeiros a chegar. Acertou. Durante as duas horas, o porta-voz do “liberalismo vulgar” de Afif Domingos não só serviu de cobaia para uma aula prática, mas foi sabatinado pelos mediadores, adversários e público. Tentou explicar os votos de Afif contra os direitos trabalhistas na Constituinte, mas não convenceu ao dizer que se tratavam de assuntos pertinentes à legislação ordinária.

Os coordenadores provaram que já sabem quase de cor as propostas dos seus candidatos. E que também já aprenderam a trocar farpas, dar caneladas... Foi o que esquentou a discussão, em alguns momentos. Houve até um lampejo de humor e ironia, na pergunta de Dirceu Carneiro à cadeira reservada a Cavallazzi, sobre como Collor pretende enfrentar os conflitos sociais, caso seja eleito, se não tem coragem sequer de comparecer a debates. De resto, sobrou “bagaço” pra direita, o choro de Andriño pelos “erros do PMDB que Ulysses paga”, chumbo de Mescolotto sobre as oligarquias catarinenses que se articulam para a sucessão estadual em 1990 e a sensação de que o primeiro debate não chegou a empolgar.



“E o Collor, cadê?”

Papo furado em novo formato

Candidatos

ocupam TV com

obviedades

Desde 15 de setembro as telas têm sido bombardeadas por discursos inflamados. Ou nem tanto. Um governo do povo, para o povo e com o povo é o que todos os candidatos à presidência da república prometem, seja em vinte minutos ou quinze segundos. Mas sobrou mesmo foi para os telespectadores que ficaram irritados por terem que esperar mais de uma hora para assistir sua telenovela preferida, e para os todo-poderosos donos das redes de TV que "poderiam estar enchendo o rabo de dinheiro com os comerciais". Eis que entra no ar o Horário Eleitoral Gratuito.

O interessante é que assistindo, ou tentando assistir, com mais atenção "a hora do pesadelo", o que vemos é uma briguinha de comadres. Aliás, só há uma comadre nesta história toda, a dona Livia Maria (PN), que até agora não conseguiu completar um discurso nos seus 15 segundos de propaganda eleitoral. Já o candidato Celso Brandt (PMN) apenas tenta vender seus livros enquanto a propaganda, quem faz é seu vice, ao lado do caminhão. Nada mal. Com muito blá-blá-blá a única coisa inteligível que o candidato do PRONA diz no seu reduzidíssimo tempo disponível é: "Meu nome é Enéas.". E daí? Alguém perguntou? Daqui à pouco nasce uma geração toda chamada Enéas.

Dia desses tiveram a paciência de contar o número de vezes que o Marronzinho (PSP) abre e fecha os braços em câmera lenta — 12 vezes. Parece ser a única coisa interessante que sabe fazer, mas tem gente apostando sobre o que ele vai dizer quando o metido do locutor parar de falar e deixá-lo então desvendar os nomes dos jornalistas "comprados" que tentam difamá-lo. Mas se você, eleitor, quer um país progressista e feliz do Paraná ao Acre, a Suíça brasileira, vote em Zamir (PCN). Quem sabe um dia iremos esquiar nos Alpes acrianos ao invés de irmos a Las Leñas. E se o seu negócio é ver um presidente fazer em cinco anos o que não fizeram em 100, então só resta uma solução: votar no presidencialável oculto PG. Não, esta não é a sigla do partido. PG é Paulo Gontijo e o partido é PP, Partido...

O Brasil — a babel de religiões — também tem seus enviados dos céus. E entra no ar o tele-igreja. Pelo PMB, Corrêa, jornalista e

pastor, sempre apresenta o candidato perfeito que é réplica dos que "estão por aí". Ao final, um cântico religioso. Nada de marchinhas de carnaval. Até parece que o próximo carnaval terá várias marchinhas novas se continuar dessa maneira. Continuando o "momento de oração gratuita", ainda tem o Pedreira (PPB) que afirma que o único caminho para a salvação do Brasil é Deus e por isso ele (Pedreira) é "o" candidato. Daqui a pouco até o Reverendo Moon se candidata.

Os bichos não votam, mas você tem a opção de eleger Fernando Gabeira (PV) para presidente da Amazônia. O candidato verde sempre interveio no vídeo com um som tribal ao fundo dizendo "Gabeira presidente do Brasil", mas ele ainda não se tocou que seus óculos estão um tanto démodé (tem uns novos com armação e casco de tartaruga muito bonitos!). Já os senhores Eudes Mattar (PLP) e Manoel Horta (PDC do B) ainda não deram a graça de dizer alguma coisa boa a não ser falar mal dos outros.

Faltou citar alguém? Ah, sim! Tem o Miss Telesp, ou Telesc, que é o candidato dos baixinhos (ele não sabe que existem poucos anões no país, talvez na Terra dos Smurfs...), e o tucano informatizado, o pecebão pós-perestróica, o agressor de jornalistas indefesas, o caçador de maracujás, o Walesa tupi, o cavalo caído do Ronaldo e o.. Haja sacó!

Ivaldo Brasil Jr.



Marronzinho também usa linguagem dos sinais



Andy Warhol se enganou: A fama chega em 15 segundos

O povo sabe quem é quem

Ingenuidade de quem pensa que burro ainda é a massa, aquela de 80 milhões de eleitores que em 15 de novembro vai às urnas. Ela ainda pode ser equivocada e continuar aceitando um pai que resolva seus problemas. Pode ser conformada com a miséria e falta de alternativas. Pode ser desinformada sobre a trajetória de partidos e políticos. Mas não é burro e as últimas eleições são prova disto. E ainda tem candidato à presidência que insiste em pedir votos com um tratamento para burros. A propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão, com exceções, é um festival para burros. Ronaldo Caiado, pai da UDR, posa de bom moço e promete ser o salvador da pátria. Monta cavalo branco e resuscita o apocalipse. Afonso Camargo quer criar o vale tudo e até 15 de novembro deve inventar o vale voto.

Paulo Maluf quer abrir estradas no Oceano Atlântico e finge



Os inúteis em ação

que não é do PDS (o povo não esquece!). Ulysses Guimarães faz a campanha do bocejo e desperta pena de tanta senilidade que acumulou nos 20 anos em que preside o PMDB. Guilherme Afif Domingos e Fernando Collor de Mello fizeram aposta para ver quem é mais bobo. Marajás e Fiesp que se cuidem. Mas as pesquisas eleitorais começam a trocar nomes e números. Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Sil-

va, Mario Covas e Roberto Freire já mostram que vão brincar de roda até 15 de novembro. As figurinhas ficam para trocar até o dia 17 de dezembro, data marcada para o quem é quem: o segundo turno. A massa pode ser desinformada sobre o passado, mas não é burro e percebe o que cada um deles quer, mesmo PG, Marronzinho, Celso Brandt e o resto da fauna.

As pesquisas estão mostrando um contingente de indecisos que vão decidir a eleição. Burro é quem pensa que a eleição já está decidida. Burro é quem pensa que há boas chances da direita ficar no poder e continuar ditando as regras do jogo sujo de Sarney e seus antepassados. Burro é quem não constata que este jogo vai ser disputado por pênaltis.

Rosane Porto

Esquerda vence em prévia; no Jornalismo

Um curso de esquerda. Esta foi a conclusão que se chegou ao final da apuração da prévia realizada no curso de Jornalismo. A prévia ocorreu paralelamente às eleições da nova diretoria do Centro Acadêmico, no último dia 10. Participaram da eleição simulada cem votantes dentre alunos, servidores e professores. A disputa pela primeira colocação ficou entre Lula (PT) e Brizola (PDT), prevalecendo a vitória do candidato petista.

Lula ganhou a prévia no jornalismo com 37 votos, em segundo lugar ficou Leonel Brizola, com 20, e em terceiro o tucano Mário Covas (PSDB), com 17. Seguiram-se Roberto Freire (PCB), com 10 votos, Fernando Gabeira (PV), com 5, e Afif (PL), com 4 simpatizantes. Empatados na lanterninha, com um voto cada, ficaram Ulysses Guimarães (PMDB), Livia Maria (PN) e Ronaldo Caiado (PDC). Houve ainda um voto branco e três nulos.

Concurso de discos revela Lula em 1º

Para que você pudesse concorrer ao disco de sua preferência, deveria responder qual o seu candidato às eleições presidenciais e o motivo da opção. Nenhuma das cartas enviadas faliu nestes requisitos. Veja então o resultado: Lula 36,73% das intenções de voto; Brizola, 32,65%; Freire, 14,28%; Maluf e Gabeira, 4,08% cada; Covas, Afif e Marronzinho, 2,04% e o mesmo número de confusos.



O resultado

Segue abaixo a relação dos vencedores da "Promoção-Disco Zero/WEA":

Astor Piazzolla: Ademir Demarchi, Jacques Mick, José Luiz Schüler, Ivaldo Brasil Jr., Marques Casara, Nelly Carolina do Vale Pereira, Renata Rosa, Romir Rocha. Bob Marley: Carlos Alberto Tesch, Frank Maia, Geraldo Hoffmann, Ivaldo Brasil Jr., José Luiz Schüler, Luís Roberto Z. Olanik, Lucélia da Silva, Paulo Cezar Borges, Rute Enriconi, Yuri Reis Godoy. Jorge Benjor: Gilberto Ferreira, Luciani Brasil, Nilva Bianco, Raquel Enriconi. New Order: Ana Carine G. Montero. Allan Augusto Patt, Fabiano Melato, Gerson Eduardo Macedo, Ilka Goldschmidt, Ivaldo Brasil Jr. Simply Red: Fabiano Melato, Gerson Macedo, Itamar C. Periri, Jefferson P. da Silva, Luciani Brasil, Nilva Bianco, Romir Rocha e Rute Enriconi.

Há vida fora da mass media, os zines comprovam

Os primeiros grupos *underground* surgiram no início dos anos 60 em oposição ao regime americano, ao "american way of life". O termo "underground" designava qualquer produção que não circulasse pelas vias normais de comercialização, situada à margem da cultura oficial do sistema e vivendo de recursos próprios. A partir de 1965/66 houve uma proliferação de revistas, nos Estados Unidos, que beneficiaram a indústria fonográfica. Estas revistas chamadas de *fanzines* (do inglês, *fan + magazine*, revista do fã) abordavam, como já diz o próprio nome, tudo o que acontecia no meio musical e cultural que a grande imprensa não divulgava.

Os *fanzines* eram a vanguarda divulgando mensagens de protesto e as novas tendências musicais. Somente após estas revistas reportarem as novidades é que a *mass media* passava ao grande público. Tudo era consumido antes do *underground* e só então a imprensa oficial "chupava" o que lhe conviesse e transmitia ao grande público. Aos poucos os *fanzines* foram perdendo sua força contestadora e alguns foram incorporados pelas grandes revistas e jornais, como aconteceu com a *pop art* que das ruas entrou nos museus. Poucos sobreviveram, mas esse é um sintoma normal na cena alternativa — a efemeridade. Pode-se comprovar isto através dos editoriais de alguns *zines*: "... no formato sai quando sair" (Contracorrente), "... pode sair amanhã, daqui a seis meses, um século ou, na melhor das hipóteses, comemorando a morte de Sarney" (Craú!) ou "... este é um periódico aperiódico e assíncrono..." (Vã G'uarda).

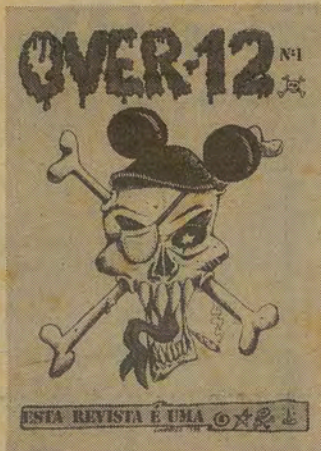
Sobrevivendo apenas da boa vontade, diga-se tempo e dinheiro, dos seus editores, os *fanzines* geralmente não possuem anúncios publicitários. Os que possuem deixam claro que os anunciantes não influenciam em suas idéias. Geralmente, os anúncios são de gravadoras independentes, sebos de discos e lojas de moda alternativa. Alguns, mais radicais, não aceitam de maneira alguma "intervenções capitalistas", a publicidade em suas páginas, pois isto tira todo o caráter alternativo, *underground* dos *fanzines*, que são veículos anarquistas e contestatórios por excelência.

Existem *fanzines* para todos os gostos: de histórias em quadrinhos, de fã-clubes, sobre skate ou música, é claro. Uns são feitos pelas próprias bandas para divulgarem seus trabalhos, outros por fãs de algum cantor ou grupo musical, ou ainda por skatistas, quadristas ou qualquer pessoa que se interesse em divulgar o que está sendo feito no circuito alternativo. As idéias são colocadas no papel e monta-se o *zine* basta ter criatividade. A diagramação é um trabalho artesanal feita com colagens, letraset, fotografias e textos reduzidos através de xerox ou feitos em computador. O *zine* pode ser uma folha xerocada apenas, ou nos formatos mais variados.

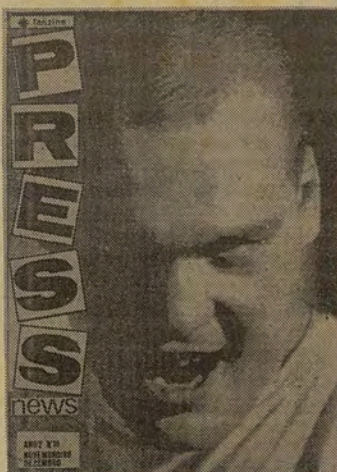
E são distribuídos gratuitamente, de mão em mão ou pelo correio.

No Brasil — O grande número de *fanzines* no Brasil, fez com que surgisse a Central Nacional de Produtores Independentes (Cenapi), no Rio de Janeiro, e o Centro de Cultura Social, em São Paulo, que tem como objetivo catalogar e distribuir as publicações alternativas brasileiras. O Cenapi e o Centro de Imprensa Alternativa e Cultura Popular do Rio-arte estão montando um catálogo nacional de imprensa alternativa que pretende registrar as publicações marginais. Iniciais como estas fazem com que este segmento da imprensa seja reconhecido e tenha uma memória, além de divulgar os *fanzines* (veja box com endereços).

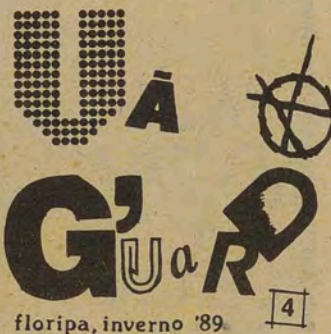
As edições de histórias em quadrinhos alternativas têm tomado conta não só das caixas postais mais *under* do país, mas também das bancas de revistas. Exemplos disto são as revistas Chiclete com Banana e Geraldão que disputam em pé de igualdade o mercado com o Batman, Homem Aranha e Mad. Muitos quadristas famosos, que têm suas tiras publicadas em revistas e jornais, começaram desenhando para *fanzines*. É o caso do desenhista Glauco, criador do Casal Neuras, que é publicado em jornais de circulação nacional e até virou quadro do programa TV Pirata, da Rede Globo. E tem muita gente tentando a sorte através dos quadrinhos



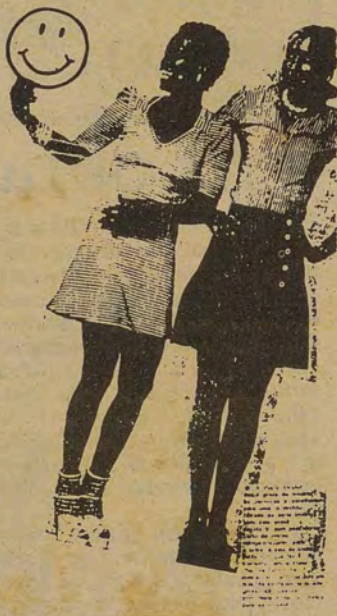
Offset, colagens...



xerox e boa vontade:



floripa, inverno '89



a fórmula dos zines

como Henry Jaepelt, de Timbó (SC), que afirma numa entrevista ao *zine* "Craú! Quadrinhos" que no movimento "fanzineiro" é que "cozinha a verdadeira alma da HQ brasileira... porque não tem grana por trás, não tem interesse, nem parcialidade".

Uma rede de informações é formada através dos *zines*. Os tradicionais *fanzines* levam mensagens de protesto e muitas notícias da área musical, de ecologia, poesia marginal e arte postal. "Vote nulo", "chega de CFC, não use spray" e "Deus lhe dê em dobro tudo o que me empurra a Rede Globo" são alguns exemplos de iniquitação e inconformismo com a situação do país e do mundo, sentimentos que movem os *fanzineiros* na sua luta contra o *establishment*.

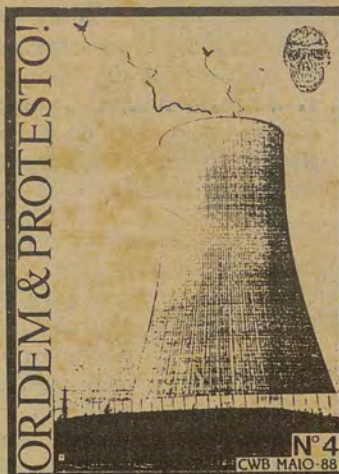
Do pop ao *punk*, da ecologia às rádios piratas pode-se dizer que existem milhares de publicações alternativas pelo mundo. Há os efêmeros que duram uma, duas ou três edições. As mais radicais são as publicações do movimento *punk*, que prega a anarquia e a desvinculação do governo. Alguns *zines* têm uma qualidade muito superior às publicações em banca, seja no visual ou em textos. E o que vale é a originalidade e a notícia em primeira mão.

Em Santa Catarina — O que marca o cenário musical catarinense é a fraquíssima produção fonográfica. Algumas "babas" foram feitas, mas sem importância alguma. Mas nem por isso as publicações *underground* deixaram de existir. Sempre tentando descobrir algum talento escondido e incentivando as raríssimas bandas de garagem do Estado, os *fanzines* se firmaram de maneira tal, que no ano passado o "Contracorrente", de Brusque (SC), foi escolhido o melhor veículo do circuito alternativo, elevando a cidade à capital do rock no Sul do país. E as coisas não param por aí, Cláudia Bia, editora do *zine* juntamente com Luiz, foi contratada pela revista Bizz para ser correspondente no Estado.

Muita coisa já foi realizada em Santa Catarina em matéria de *fanzines*. Em Joinville, tivemos o "Censura Livre", em Criciúma temos o "Tinta Fresca" e o "Limbo". O *zine* "Vã G'uarda" deu a arrancada em Florianópolis, que logo depois foi acompanhado pelo "Regime Civil" e o falecido "Invert Skatezine". O xerox do "Regime Civil" surgiu em Lages, o "Ataque de Nervos" e em Brusque a rapaziada optou por um *zine*, o "Pelos Internas", para divulgar o trabalho das bandas de lá. Sem falar no pai de todos o "Contracorrente".

O importante é o prazer da realização e divulgação de algo numa forma não valorizada no

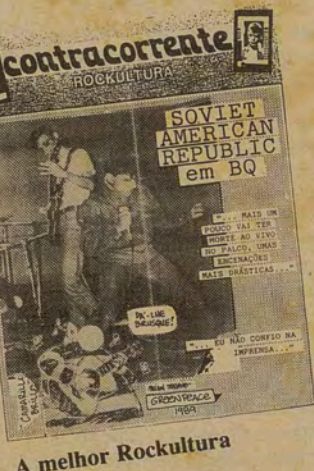
Brasil. O que os meios alternativos querem não é chegar ao *status* de grande obra ou serem reconhecidos pela *mass media*, pretendem sim, minar, à sua maneira, o *establishment*, protestar contra as injustiças cometidas. Enfim, escancarar a boca e dizer: "Do it yourself! As for the rest..."



Mãos à obra!

Alguns endereços que valem a pena ser contactados. Não esqueça de mandar selos para resposta. Contracorrente (Cx. Postal 8, Brusque-SC, 88350), Vã G'uarda (R. Francisco Goulart, 57, Trindade, Fpolis-SC, 88040), Craú! Quadrinhos (Cx. Postal 184, Timbó-SC, 89120), Regime Civil (Av. Othon Gama D'Eça, 99A/806, Fpolis-SC, 88015), Pelas Internas (Cx. Postal 179, Brusque-SC, 88350), Ataque de Nervos (R. Caetano Costa, 74, Lages-SC, 88500), Ordem & Protesto! (Cx. Postal 3288, Curitiba-PR, 80001), Deca Dance (R. Mário Sá Carneiro, 11, Jardim Tupã, Barueri-SP, 06400), Press News (R. Monsenhor Ladeira, 185, Cotia-SP, 06700), Filhinho, Você Já Fez Seu Fanzine Hoje (Cx. Postal 10283, Porto Alegre-RS 90.000), Zine Buracaju (Cx. Postal 615, Aracaju-SE, 49000), Garrafa, sobre rádios piratas (Cx. Postal 135, Poá-SP, 08550), SKT News, sobre skate (R. Cerro Corá, 1646, São Paulo-SP, 05061), Marca de Fantasia, quadrinhos nacionais (Cx. Postal 1113, João Pessoa-PB, 58000), U2 Brasil, fã-clube da banda U2 (Cx. Postal 70066, Rio de Janeiro-RJ, 22422), O Portuga (Louredo, 3350, V.N. Poiares, Coimbra, Portugal), Gala, fã-clube da banda Waterboys (P.O. Box 4085, River Edge, NJ 07661, USA).

Textos: Ivaldo Brasil Jr.



A melhor Rockultura

CIRCULANDO por Baixo

Pasquim volta aos velhos tempos

Apreensão ordenada pelo ministro da Justiça aumenta vendas do jornal

Quando mandou a Polícia Federal apreender os 20 mil exemplares do semanário Pasquim, por ter publicado na edição 1024 de 7 de setembro um poster em que se vê o presidiável Paulo Maluf ser "estuprado" por um negro, o telex do novo ministro da Justiça, Saulo Ramos, ressuscitou a figura do mais famoso dos censores, Armando Falcão.

Por invocar a Lei de Imprensa, alegando "propaganda de guerra ou preconceito de raça ou classe", o ministro teve de amargar duas derrotas sucessivas nos recursos que o Pasquim impetrou à Justiça. O jornal, freqüentemente apreendido durante os anos mais duros de repressão, voltou aos velhos tempos.

A fotomontagem, que ocupou as duas páginas centrais, inspirou-se na célebre frase de campanha de Maluf, que recomenda aos praticantes de violências sexuais que, caso "tenham desejos, estuprem mas não matem". Maluf acha que o poster é uma "agressão bruta e inoportuna", mas nega que tenha solicitado pessoalmente ao ministro a apreensão do jornal.

Foi só Maluf que gozou da atitude de Saulo Ramos. O presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, foi novamente porta-voz da classe jornalística e manifestou solidariedade ao semanário, já na quinta-feira, dia 14 de setembro, quando foi expedida a ordem de apreensão. A Ordem dos Advogados do Brasil no Rio de Janeiro, o Sindicato e a Federação Nacional dos Jornalistas também se manifestaram prontamente.

Vinte e sete humoristas e atores assinaram o manifesto "Tá com desejo sexual? Processa mas não apreende", repudiando a "volta da censura". O manifesto foi enviado para diversos jornais, mas nenhum se arriscou a publicar.

As demonstrações de solidariedade ecoaram em Brasília na terça-feira seguinte (dia 19), quando o diretor-presidente do Pasquim, João Carlos Rabello, entrou com recurso no Superior Tribunal de Justiça, que lhe concedeu a liminar de liberação do jornal. Insatisfeito, Saulo Ramos recorreu ao Supremo Tribunal Federal no dia 22, e perdeu novamente.

A apreensão não deixou ninguém apreensivo no Pasquim. Ao contrário, os diretores comerciais estavam satisfeitos com as vendas que pularam "de 3 mil exemplares vendidos antes, para 25 mil exemplares do número censurado", conta o diretor-executivo Jardel de Azevedo Junior. "O efeito da apreensão só foi de publicidade mesmo e o aumento das vendas tem sido considerável", afirma. Para aproveitar a maré, até o preço do exemplar subiu, duas semanas depois da apreensão (foi de NCz\$ 2,80 para 3,80).

O Pasquim não sofria uma apreensão desde o número 300, de fevereiro de 1976, censurado por causa de um editorial de Millôr Fernandes falando justamente da censura que a partir daquele instante "acabava". Naqueles tempos, as tesouras pilotadas por Armando Falcão cortavam livremente e apreenderam quatro números do Pasquim, do mesmo modo que apreendiam qualquer outra publicação, conforme o desejo deles. Como Saulo Ramos, estupraram a liberdade de imprensa. Mas, felizmente, não mataram.



O poster de Maluf reviveu tradição:

há 13 anos, Pasquim não era censurado

As obras-primas do ministro

O telex com a ordem de apreensão do Pasquim não foi a única obra de arte do advogado José Saulo Pereira Ramos. Como o presidente Sarney, o ministro da Justiça acredita que merece ser chamado de escritor por causa de "Café, a Poesia da Terra e das Enxadas", seu único livro. Mais que autor, no entanto, Saulo é protagonista de histórias de corrupção, ilegalidade e injustiça.

O 64: ministro de José Sarney assumiu o cargo em 7 de agosto, após a saída do fôssil da UDN, Oscar Dias Corrêa. O ex-ministro prometeu não ficar nem mais um dia no governo "com uma taxa de 26% de inflação ao mês" e largou o cargo com a esperança de ser lançado candidato à presidência nas alterações no processo eleitoral que, previa, iriam acontecer em setembro. Apanhado de surpresa em Roma, em plena

lua-de-mel com a segunda esposa (Eunice, sua ex-secretária na consultoria-geral da República), Saulo Ramos certamente lembrou-se dos tempos em que também era "fiscal do Sarney".

Ele redigiu na forma legal todos os decretos-leis do Plano Cruzado e teve que engolir a denúncia do jornalista Luís Nassif, segundo a qual o atual ministro fez alterações arbitrárias num decreto sobre ativos e passivos de empresas em liquidação. Saulo Ramos resolveu processar Nassif, mas desistiu depois de ouvir os depoimentos de Pêrsio Arida, Luiz Gonzaga Beluzzo e André Lara Rezende, os pais do Plano. A defesa do cruzado velho não parou por aí. Em 1987, certo de que a inflação seria contida com cadeia, Saulo propôs uma mudança na legislação penal que pretendia transformar a "remarcação abusiva de preços" em cri-

me inafiançável, sem direito a suspensão da pena nem a liberdade condicional.

Mesmo antes de mandar apreender o Pasquim, o recém-empossado ministro já causava polêmica com sua idéia de libertar os criminosos de baixa periculosidade (um terço dos presos do país) para abrir vagas aos presos com condenações maiores. No entanto, o maior problema que Saulo Ramos vai enfrentar no novo cargo são as investigações sobre a CPI da Corrupção, que o ex-ministro encaminhou à Polícia Federal. Denunciado na CPI por crime de prevaricação (isto é, roubo), Saulo está agora na difícil situação de ser, ao mesmo tempo, réu e juiz.

Textos
Jacques Mick

A morte de Olívio não fez recuar a luta pela terra

Dia 4 de setembro, 200 famílias sem-terra ocuparam parte da fazenda Santa Rosa, em Abelardo Luz, 780 Km a oeste de Florianópolis, de propriedade de Roberta de Araújo Godin. Praticamente abandonada, a área se tornou mais uma entre as ocupações que vêm acontecendo em Santa Catarina desde 1980. Carregando lonas de plástico, panelas e foices, os agricultores chegaram com um objetivo: resistir à intransigência do governo e transformar tudo em assentamento.

Essa área se tornou o principal foco de resistência do Movimento depois do confronto entre os sem-terra e a Polícia Militar no dia 16 de setembro, na fazenda Caldato, em Palma Sola, onde foi morto com um tiro de fuzil o agricultor Olívio Albani, de 40 anos. Como a liminar de reintegração de posse que levou ao enfrentamento foi expedida juntamente com a que determina o despejo em Abelardo Luz, agora são os acampados da fazenda Santa Rosa que vivem a expectativa do ataque.



Olívio agora é um mártir em SC

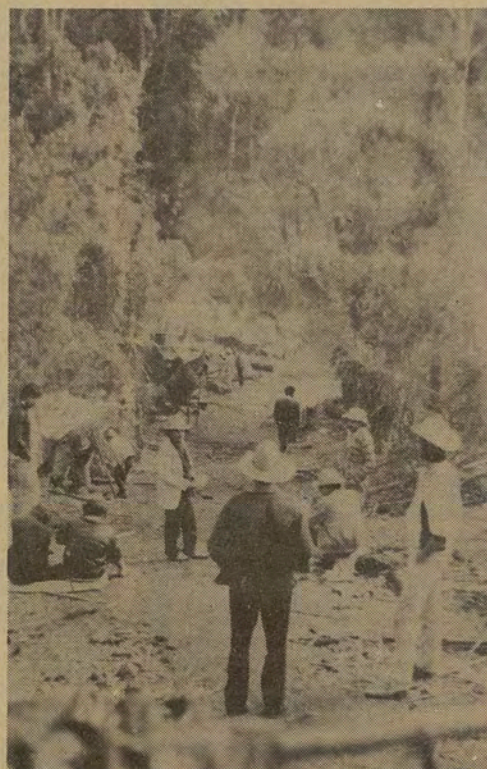


Rodas de vigília duram horas



As mulheres cuidam das crianças

Acampamento no Oeste desafia a polícia de Pedro Ivo



Trilha de acesso ao acampamento



Eles nada vêem olhando à direita

Visto pelo ponto de vista judicial ele é iminente, e ainda não ocorreu porque o governador Pedro Ivo Campos desistiu, temporariamente, de usar a PM para decidir questões ligadas à Reforma Agrária.

Mexer com os sem-terra às vésperas da eleição presidencial seria o mesmo que assinar o atestado de insanidade política.

De acordo com o tenente-coronel Aliatar Silveira Filho, comandante do 2º BPM de Chapecó, vivem no acampamento pessoas "treinadas pela guerrilha nicaraguense e que buscam desestabilizar a ordem interna do país". Conforme o bispo de Chapecó, Dom José Gomes, defensor da Reforma Agrária desde a primeira ocupação, cujas atitudes são apoiadas pela CNBB, "estão na área agricultores lutando contra uma lei cega, retrógrada e que têm o direito de se defenderem quando agredidos".

Para se chegar até lá são percorridos 32 quilômetros por estrada de chão, seguindo na direção Norte de Abelardo Luz. A terra é cercada por assentamentos conquistados em invasões anteriores e está estrategicamente localizada no vale formado por um riacho. A única entrada é vigiada 24 horas por dia. No caminho até a fazenda, agricultores da região falam em ajudar os acampados no caso de invasão pela PM; no acampamento, os sem-terra tem a resistência já como rotina na luta pela Reforma Agrária.

Esperar o ataque: a principal rotina dos agricultores

tas a qualquer movimentação fora da área ocupada.

Desde o confronto em Palma Sola, que resultou na morte de um agricultor, a segurança é a principal preocupação no acampamento sem-terra de Abelardo Luz. Os homens dirigem-se aos postos sabendo que movimentação fora da área ocupada significa inimigo à vista.

Num dos barracos, cuja passando de mão em mão, Francisco está sentado ao lado de uma chapa de ferro colocada sobre as chamas. O reflexo da fogueira torna as sombras alongadas e disformes. Com uma das mãos, ele despeja a pasta de farinha de milho, água e sal, e com a outra segura a tampa do recipiente. Ele e dois companheiros preparam o que chamam de torta assada.

A torta é servida antes da comida ficar pronta. Feijão, arroz e farinha é a alimentação básica na ocupação.

A fogueira é protegida por um pequeno toldo construído dois metros ao lado da entrada principal de cada barraco. O local serve de abrigo para o frio e ponto de encontro para um chimarrão. Alguns troncos de árvores são usados como assento enquanto comem. A maior parte do suprimento é fornecido por moradores próximos da área ocupada. São antigos agricultores sem-terra que destinam parte da produção ao acampamento.

Junto com Francisco, moram no barraco outros quatro rapazes, todos com idade entre 20 e 24 anos. Eles dormem numa cama construída em forma de tablado, feita de taquaras amarradas entre si e sustentadas por galhos de árvores. A cama fica na parte dos fundos, tem meio metro de altura e mais quatro de um lado ao outro. Colchões e cobertores ajudam a torná-la mais confortável.

As roupas estão amontoadas dentro de malas e bolsas. Uma mesa rudimentar serve de despensa para pratos, alguns talheres, os pacotes de feijão, sal e uma lata de óleo. Encostado na lona, um saco de linhagem guarda uma dezena de garrafas. Com gasolina até a metade, tampados com uma bucha de pano, os coquetéis Molotov estão prontos para serem usados.

Organização — Caminhando pelo acampamento sem ter muito o que fazer, Itacir pára ao lado de um companheiro que sintoniza uma emissora de Abelardo Luz. Há um ano, ele e a família deixaram as terras onde trabalhavam para juntarem-se ao contingente de agricultores que reivindicam a Reforma Agrária. Itacir é um dos responsáveis pela guarda do acampamento. Bisneto de italianos, 18 anos, nasceu a partir da idéia de que quanto mais gente na família melhor. Dos 10 filhos do casal é o mais velho dos homens e está no acampamento para garantir alguns hectares para a família.

As irmãs estão casadas e têm onde morar. Ele decidiu pelo acampamento porque a vida como peão não dava mais para a sobrevivência e tão logo foi despedido do último emprego mudou-se para a ocupação. Ele, o pai e quatro irmãos recebiam menos de dois salários para cuidarem de 150 cabeças de gado para um fazendeiro em Palmas, no Paraná. Mal dava para a comida. Roupa nova nem pensar. O proprietário despediu-os por estar desgostoso com o trabalho apresentado.

Alto, musculatura desenvolvida pelo trabalho com o gado, orgulha-se em dizer que sabe ler e escrever. Enquanto perfura um tronco de árvore com a ponta do facão, conta que estudou até a quarta série na cidade de Caxambu. Depois não sobrou mais tempo e abandonou a escola para trabalhar com o pai. Sua única dificuldade é fazer

contas, mas pretende aprender assim que conseguir o assentamento.

Itamar é o único da família na ocupação. Os pais, bastante velhos, e três irmãos mais novos ficaram no acampamento de Volta Grande, onde não há perigo de invasão da polícia. Ele sabe dos riscos que corre ao desafiar o governo, mas acredita que vale a pena o esforço e não tem qualquer perspectiva de futuro que não seja trabalhar na terra.

Apesar de vestir um casaco, Itamar tem nos ombros um cobertor de lã, prevenindo-se para o frio da madrugada. Pelas características do terreno onde está o acampamento, o clima é bastante rigoroso nessa época do ano e, tão logo o sol se põe, os agricultores se reúnem em volta da fogueira. As nove horas todos estão na cama, vestidos e enrolados em dois ou três cobertores. A regra é manter o silêncio, e a comissão encarregada da disciplina é bastante rígida nesse sentido.

Tocar violão só é permitido durante o dia e, à noite, as conversas fazem concorrência com os ruídos da mata. Qualquer barulho desnecessário pode atrapalhar o pessoal da vigilância.

A cachaça também é proibida, mesmo assim, um ou outro acampado sempre tem um gole para antes de deitar. Nunca se bebe mais do que um pequeno copo. O que se consome mesmo é chimarrão. Um quilo da erva pode durar menos de um dia num barraco movimentado.

Os responsáveis pela disciplina também são encarregados de controlar as entradas e saídas do acampamento. Quando não vão em caravanas para alguma manifestação em frente ao sindicato de Abelardo Luz, as autorizações para saídas são limitadas a casos de emergência, que seguem uma prioridade.

AINDA



Área central do acampamento: ao lado da bandeira, um boneco esculpido em xaxim representa a imagem do governador Pedro Ivo Campos

Dentro dessa rotina, cada acampado desempenha uma função dentro de uma comissão: disciplina, segurança, distribuição de alimentos, suprimento de água, instalação de barracos e saúde.

As comissões começam a trabalhar a partir da ocupação da área pretendida. A encarregada dos barracos delimita a área e indica onde as lonas devem ser levantadas. Cada família é responsável pelo seu lote. A comissão encarregada da água identifica a fonte, determina se é boa para o consumo e a protege. Os responsáveis pela saúde controlam os estoques de remédios e atendem casos de emergência.

Na instalação dos barracos todos trabalham. As crianças ajudam no transporte de taquara e madeira e os adultos na construção da estrutura. A área escolhida é roçada e o tamanho do barraco delimitado pela extensão da lona. A partir de um esqueleto construído de troncos de árvores ou galhos, uma armação de taquara dará a sustentação do toldo. Uma valeta é escavada em volta para desviar a água.

Vãos rasantes — Segurando nas mãos um cata-vento improvisado com dois pedaços de taquara, o primeiro de forma pontiaguda e o outro com um orifício formando a hélice, Pedro, 8 anos, anda pelo acampamento imitando o ronco de um avião. Sem camisa, calça arregaçada até os joelhos, passa de barraco em barraco dando vão rasantes. Ele é uma das poucas crianças no acampamento, pois a maioria delas ficou em Volta Grande. As que estão na ocupação ajudam nos afazeres diários e passam a maior parte do tempo brincando com os cata-ventos, uma mania que "pegou" entre os mais novos.

Pedro corre pela mata como se nela tivesse passado toda a sua vida. A agilidade ao cruzar por entre pontas de taquara e pedras faz dele a figura mais conhecida. Sabe o nome de todos e, às vezes, é encontrado numa roda de chimarrão, sentado entre os calcanhares, ouvindo atentamente as longas histórias contadas pelos mais velhos.

Numa dessas conversas, uma só pessoa é capaz de permanecer por mais de uma hora narrando, em detalhes, episódios de seu passado. As rodas chegam a reunir até dez pessoas e um bom contador de histórias ajuda a enfrentar a rotina do acampamento.

As mulheres se reúnem em grupos separados. São poucas as que têm bebê de colo, e durante o dia passam o tempo conversando ou em atividades que poderiam ser chamadas de domésticas: lavando roupas ou pratos no riacho ou passando uma enxada em volta do barraco. São elas que andam com as roupas mais limpas, ao contrário dos homens, e principalmente, das crianças, que correm como lebres por toda a parte e mergulham na lama como se fosse num colchão d'água.

Para os adultos, o dia-a-dia é marcado pela expectativa do ataque. Sentada junto a um grupo de oito mulheres, Sandra segura no colo a filha de oito meses. Suas andanças por acampamentos já completam dois anos, mas, pela primeira vez, está numa ocupação que vive sob a iminência do despejo. Sandra procura não pensar como isso aconteceria, mas encontra sua coragem com a certeza que une os acampados: está pronta para enfrentar as bombas de gás lacrimogêneo ou, se precisar, ficar mais dois anos vivendo debaixo da lona plástica que abriga sua família.

O espírito-de-corpo que une os sem-terra é a principal fonte de coragem dos acampados. Incentivados por agricultores já assentados, que diariamente visitam a área, vindos de terras próximas ou de outras regiões do Estado, têm no exemplo dos assentamentos a certeza de que a Reforma Agrária é possível no Brasil. Entre eles, o temor da invasão policial só é superada por um medo ainda maior: que no dia 15 de novembro a direita saia vencedora.

Textos: Marques Casara
Enviado especial